

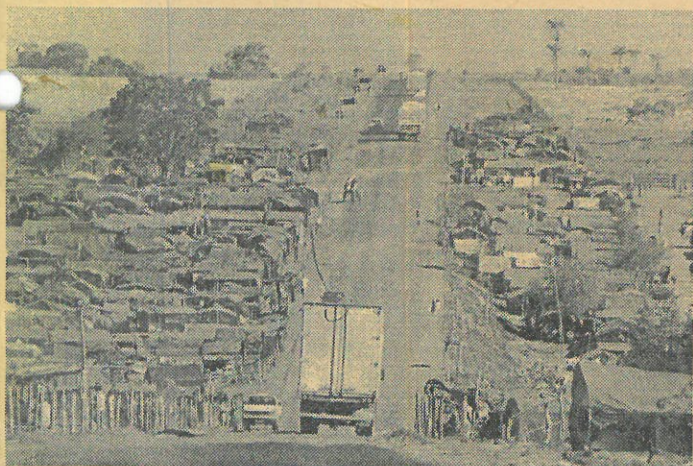


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 137 - 1ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1997 - R\$ 1,00

É preciso constituir uma Frente Única Antiimperialista para pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular de FHC e avançar a luta anticapitalista. Convocar assembléias sindicais e populares para se aprovar uma plataforma de luta contra o Plano entreguista. Constituir os comitês de base por todo país. Organizar a greve geral.



**Direção do MST comete grave erro no Pontal:
Nunca se deve deixar de lado as ocupações**



**Contra a repressão do governo
Em defesa das greves das PMs**

**Governo aumenta repressão contra as lideranças do MST.
É necessário lutar em defesa de Rainha e Stedile!**

A QUINZENA DE LUTA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Balanço das greves do 1º semestre de 1997

Segundo dados do Dieese, o número de greves e de grevistas, no primeiro semestre de 1997, caiu se comparado a 1996 e 1995. "A média mensal de greves ficou em 60 no primeiro semestre deste ano à de 108 em igual período de 1996 e à de 103 de janeiro a junho de 1995". "A média mensal de trabalhadores parados de janeiro a junho deste ano ficou em 56.464, representando menos 78.5% em relação à média das 262.078 pessoas sem trabalhar no primeiro semestre de 96 e expressivo recuo de 81.8% sobre 310.745 no mesmo período de 95" (Gazeta Mercantil, 30/07/97).

Segundo a explicação dos economistas, a queda do número de greves se deve aos "índices baixos de inflação, mudanças nas negociações e dificuldade de encontrar novos empregos." Na realidade, os fatores acima não são os decisivos. É preciso considerar o papel das direções sindicais. Estas têm se adaptado às pressões do governo pró-imperialista e anti-popular. A sua atuação para derrotar importantes greves, como a dos petroleiros em 1995 e dos portuários em 1997 não deixaram de influenciar o ânimo grevista dos trabalhadores. A capitulação da direção da CUT frente às reformas, como a da previdência etc, é outro aspecto da política das direções que conduz ao imobilismo.

Ocorre que o ânimo das massas não é forjado apenas pela situação difícil do desemprego e da determinação do governo em manter o arrocho, mas também pela política praticada pelos sindi-

catos e centrais. Tal política tem sido a de colaboração de classe e de bloqueio às lutas. Esta aí o principal fator da queda do número de greves.

A explosão grevista na polícia militar expôs todo o descontentamento do funcionalismo que há 3 anos não recebe reajuste. É provável que neste segundo semestre o quadro grevista se modifique no sentido de um ascenso.

Os sindicatos metalúrgicos falam em promover uma campanha salarial unificada em vários estados. As condições para uma amplo movimento unitário no seio da classe operária estão colocadas. O que é preciso é uma política de verdadeiro combate ao Plano de fome e miséria.

Trata-se de constituir imediatamente um comando unificado metalúrgico e os comitês de base. Deve-se fazer um chamado para uma greve unitária com o funcionalismo federal e estadual descontentes com o arrocho e com as reformas reacionárias do governo. Cabe à CUT romper seu imobilismo colaboracionista e chamar uma Plenária Nacional de todas os setores dispostos a se mobilizarem e então formar o Comitê Nacional de luta.

O Caminho das lutas

* Metalúrgicos da Persico Pizzamiglio, de Guarulhos continuam lutando para receber as dívidas trabalhistas. Desta vez ocupam a sala da delegacia regional do trabalho, em São Paulo, exigindo pagamento das dívidas trabalhistas.

* Metalúrgicos da Kronos, de Diadema, fazem greve de um dia reivindicando Participação nos Lucros ou Resultados.

* Sapateiros, em estado de greve, não aceitam proposta patronal de reajuste de 3,63%.

* Peões da Sobrasco protestam em frente a casa do patrão contra calote nos salários e nas rescisões. Os operários terminaram as obras de prédio no Morumbi: os donos da empreiteira e a direção do condomínio não entram em acordo sobre o valor dos apartamentos e os operários é que ficam sem pagamento. Após a manifestação, os operários recebem os salários, mas falta lutar contra as demissões.

* Motoristas fazem protesto para receber vale-refeição e cesta básica que os proprietários das empresas de ônibus querem suspender.

* Rodoviários da Viação Cometa, que faz ligação Sorocaba-São Paulo,

em greve por salário-base de R\$ 731,00, remuneração das horas extras trabalhadas, cesta básica, vale-refeição e convênio médico.

* Petroleiros da Refinaria de Paulínia (Replan) bloqueiam rodovia e fazem caminhada exigindo reposição da inflação de 6,79% e 20,14% de produtividade. Os petroleiros com data-base em setembro iniciam a campanha salarial paralisando em duas horas a entrada ao trabalho. Reivindicam reintegração dos demitidos na greve de 1995 e anistia da multa dos sindicatos.

* Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) oferece R\$ 22 mil de indenização aos portuários que aderirem ao Programa de Demissão Voluntária. Este é o terceiro programa de demissões da empresa e já são 1.300 desempregados. A CDRJ não deposita o FGTS desde 1995 e o fundo de pensão desde setembro de 1996.

Os portuários devem dizer não à privatização dos portos!

As ocupações do Movimento dos Sem Terra continuam

* 13/07 - Posseiros ocupam área da reserva indígena de Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, Paraná. Funai entra com pedido de reintegração de posse.

* 14/07 - Assentados do projeto Reunidas, em Promissão (SP) ocupam agência da Caixa Econômica Estadual. Reivindicam prorrogação da dívida do Fundo de Expansão da Agricultura e Pesca (Feap)

* 14/07 - Pistoleiros invadem acampamento de sem terra em área do Engenho Mascatinho, na Usina Central Barreiros, em Tamandaré, Pernambuco. Três sem terra são feridos. Os agressores foram presos e liberados por habeas corpus concedido pelo juiz de Rio Formoso.

* 16/07 - No Mato Grosso do Sul cerca de 6 mil sem terra do acampamento às margens da rodovia BR-163, em Itaquiraí, saquearam 4 caminhões com gêneros alimentícios (arroz, frango limpo, açúcar e carne bovina). Os sem-terra propuseram trocar a carga saqueada por cesta básica. Os sem terra ocuparam a Fazenda Mestiço, em Itaquiraí, mantendo sob seu controle 470 bois para exigir alimentos.

* 17/07 - Cerca de 3.000 mil sem terra ocupam o pátio do Inbra, em Marabá exigindo a desapropriação da Fazenda Pastoriza (assentamento de 4 mil famílias no Cinturão Verde de Carajás), além de estradas, escolas e



postos de saúde nos assentamentos Palmares e 17 de Abril (ex-Fazenda Macaxeira) e crédito agrícola para 2 mil famílias. O Incra divulga nota dizendo que não negocia com os sem-terra.

* 300 sem-terra ocupam a Fazenda Soubara Grande, em Silva Jardim, RJ.

* 21/07 - 2.600 sem terra ocupam a Fazenda Capão do Leão, em Santo Antônio das Missões (RS)

* 22/07 - 800 camponeses sem-terra ocupam terras destinadas à instalação da General Motors, em Gravataí. Os sem-terra reivindicam 15% dos R\$ 253 milhões emprestados pelo governo do Rio Grande do Sul (PMDB) à GM para a instalação da fábrica. Policiais do Batalhão de choque com cães e cavalos tentam entrar, mas foram bloqueados pelos sem-terra armados de pedras, foices e pedaços de pau.

* 3 mil sem-terra de 17 acampamentos ocupam corredores e salas da sede do Incra em Cuiabá (MT)

* Pistoleiros matam dois sem-terra, um deles teve a calota craniana arrancada por tiros e levada pelos assassinos. Um terceiro sem-terra foi ferido no ombro e nas costas. O assassinato ocorreu na Fazenda Volta do Rio, em Eldorado dos Carajás, PA. O dono da fazenda diz que os mortos são funcionários da fazenda e foram mortos por grileiros.

* Em Pernambuco, mais de 700 famílias ocupam terras na região metropolitana, agreste e sertão de Pernambuco:

* Ocupação da Fazenda Serro Azul, em Bonito.

* Fazenda Sanharó, de 1.500 hectares, em Buíque.

* Fazenda Ponta de Serra, em Arapina.

* Ocupação da Fazenda Prado pertencente ao pai do deputado Carlos Batata (PSB), presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

* 27/07 - 200 famílias ocupam o Engenho Moreno, em Pernambuco.

* 29/07 - 170 famílias ocupam a Fazenda Antonio dos Sete, em Jaruari (MS)

* No Pará existe 31 projetos de assentamentos criados pelo Incra ao longo de mais de 10, e apenas 14 foram contemplados agora em 1997

por causa das ocupações e radicalização do MST.

* No Rio de Janeiro há 23 anos se arrasta processo de desapropriação de área de 4 mil hectares vizinha a reserva biológica de Poço das Antas.

* No Rio Grande do Sul, o Incra "prometeu" assentar 1.200 famílias neste ano e até o mês de julho apenas 336 receberam foram assentadas.

* No Mato Grosso do Sul existem 5.700 famílias acampadas em 30 locais diferentes. Mais de 1.000 crianças em idade escolar, sem alfabetização, subnutridas e com verminoses.

Denúncia: a repressão capitalista sobre os movimentos

* Justiça acolhe denúncia do Ministério Público contra João Pedro Stédile. Ele está sendo processado por causa de declarações feitas em 21 de maio recomendando que os desempregados urbanos com fome ocupassem os supermercados e os sem-teto a ocupar terrenos nas cidades para pressionar o governo a resolver o problema habitacional. Foi denunciado com base na lei de imprensa por incitação à infração da legislação penal, que prevê pena de até um ano de detenção ou multa de 1 a 20 salários mínimos. Stédile terá de se apresentar para interrogatório dia 12 de agosto.

* Polícia Federal indiciou líder da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Urbano por danos ao patrimônio público e constrangimento ilegal por causa da ocupação do prédio do Ministério Público, em maio.

* No dia 16 de setembro será o 2º julgamento de José Rainha. O primeiro foi uma total farsa. Nenhuma prova foi apresentada e os jurados foram escolhidos a dedo pelos fazendeiros da região. O novo julgamento não será diferente. Se os sindicatos, a CUT, o MST e as correntes de esquerda não realizarem uma ampla mobilização certamente José Rainha será condenado. A tentativa de angariar apoio de setores de partidos burgueses para se evitar a condenação é um erro. Somente a mobilização operária e popular arrancará das mãos da justiça burguesa o destino do líder dos

sem-terra do Pontal do Paranapanema.

É preciso se constituir os Comitês contra a Opressão Social e Política por todo o país, prontos a se mobilizarem a cada golpe da repressão burguesa.

* Prossegue a perseguição política da direção da Apeoesp contra o militante Antônio Justino (Tonhão), que caracterizou o presidente da associação de pelego. A utilização da justiça burguesa contra o opositor é um meio dos burocratas perseguirem aqueles que os afrontam.

Convocamos todas as correntes de esquerda a engrossarem nossa campanha de defesa de Antônio Justino. Chamamos o PSTU, O Trabalho etc a reverem sua posição de apoiar o processo movido por Roberto Felício.

Manobra do governo contra os sem-terra

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Milton Seligman apresenta aos secretários da agricultura projeto de parceria com os governos estaduais, municipais e trabalhadores como proposta de descentralização da reforma agrária. Pela proposta cabe aos órgãos regionais do Incra a decisão final sobre a desapropriação de áreas para assentamento. Seligman disse que o governo federal tem recursos suficientes para cumprir a meta de assentar 280 mil famílias durante a gestão de FHC (para 1997 são R\$ 2,3 bilhões para 80 mil famílias a serem assentadas).

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Contra a repressão, todo apoio à greve das PMs

Como foi demonstrado no último Massas (136), a greve nas PMs expressa a tremenda opressão e crise capitalistas, a ponto de não poupar sequer os policiais, cuja função é de resguardar os interesses da classe

burguesa. A utilização dos métodos de luta do proletariado afetou a hierarquia e a disciplina totalitárias do aparelho de repressão. Eis por que se colocaram situações de confronto armado entre os próprios policiais, a exemplo de Minas Alagoas e Ceará. Nesse último caso, os grevistas reagiram ao bloqueio da tropa de choque, que procurou impedir a passagem da marcha grevista.

A posição de algumas correntes de esquerda de não apoiar a greve das PMs com a justificativa de que são o braço armado da burguesia não procede. Ao agirem assim, acabaram se colocando do lado do Estado e da repressão ao movimento grevista dos policiais.

Por outro lado, não se trata de simplesmente apoiar. É a oportunidade de explicar o caráter das polícias e do exército, desenvolvendo a bandeira de que as armas devem se voltar contra o governo e a burguesia e defender a necessidade das milícias populares. O apoio à greve nesse sentido não vem fortalecer o braço armado do Estado, mas enfraquecê-lo, acirrando a divisão no aparelho repressivo.

Se não se entende que as contradições capitalistas afetam a polícia e o exército, não se pode traçar uma política revolucionária voltada a cindir as forças de repressão e colocar uma parte do lado da revolução, ou seja, sob a direção da política proletária. O que assis-



Manifestação da PM em S. Paulo.

timos foi justamente um princípio de cisão, através de greves, manifestações e conflitos armados.

O governo federal se colocou de prontidão, temendo não só as consequências políticas que daí poderiam advir como as de ordem econômica, uma vez que as reivindicações se chocam contra a estabilidade do Plano Real já abalada e contra os governos estaduais falidos.

Assim que o governador Azeredo (Minas Gerais) fez a besteira de ceder diante da primeira vítima, o governo federal apontou o perigo e passou a agir centralizadamente para derrotar os movimentos que fatalmente viriam. Criticou Azeredo, que é do partido governista, e ordenou que nenhum governador cedesse. E todos estão dependurados no governo federal, que tem em suas mãos um acordo de rolagem das dívidas com os estados.

O endurecimento dos governadores foi a tônica perante as novas greves. Não aceitavam mais negociar com os grevistas, prendiam lideranças, ameaçavam intervir nas associações de cabos e soldados, faziam campanha contra "motins", prometiam exonerar os policiais, convocavam reservistas etc. Tratava-se de derrotar urgentemente o movimento, para repor a disciplina, defender o Plano e dar uma lição exemplar.

No Ceará, onde o confronto obrigou os grevistas a usarem as armas contra a tropa de choque, o governo federal exigiu que as autoridades estaduais desfechassem uma rigorosa punição. A associação de cabos e soldados foi ocupada pelo batalhão de elite, as principais lideranças foram presas e uma centena de grevistas

estão para serem demitidos.

E foi assim que as concessões feitas foram muito abaixo das do governador de Minas, que passou por precipitado e fraco. Em São Paulo, por exemplo, o movimento foi rapidamente abortado, com um reajuste miserável escalonado.

Logo o movimento mostrou suas limitações perante a repressão do Estado, que contou com o exército e parte da polícia não grevista (tropa de choque etc). E é preciso dizer que a polícia grevista teve apoio de uma parcela da população. Certamente, foi apoio passivo.

Assinalamos, no Massas, que a greve só poderia avançar se o proletariado estivesse ou saísse em luta e passasse a liderar o choque contra o governo e governadores. Porém, a burocracia sindical vem bloqueando o combate operário, aproveitando-se do desemprego e das ilusões da pequena burguesia na política econômica do governo, apesar de já existir um desgaste do governo. Esses é um fator que favoreceu a repressão aos grevistas e que favorecerá posteriormente as punições.

O POR defende as bandeiras de atendimento das reivindicações, direito de greve, de manifestação e de sindicalização, greve armada, nenhuma repressão, que as armas se voltem contra o governo e a burguesia, destituição da oficialidade imposta de cima e eleições a todos os cargos, com revogabilidade do mandato e direito de se constituir as milícias populares. Essas bandeiras se voltam a aprofundar as contradições no seio do aparato do Estado e destruir o instrumento de repressão, uma tarefa revolucionária que depende da evolução do proletariado como classe dirigente da revolução.

O POR rechaça a posição do esquerdismo inconsequente que condena a greve dos PMs e se coloca do lado do governo, também rechaça a política de apoio do reformismo e do centrismo que não se colocam pela desintegração do aparelho de repressão e pelas milícias populares. Trata-se de apoiar a ação grevista enquanto esta golpeia a hierarquia e a disciplina voltada a preservar a capacidade repressiva e defensiva do Estado contra as massas oprimidas.

Por isso, é necessário levantar o programa antiimperialista e anticapitalista, que vá penetrando por todos os setores, inclusive nas tropas do exército e da polícia. Rejeitar fazê-lo significa não desenvolver as premissas da revolução proletária.

A reforma das PMs

A crise das PMs estourou em greves por todo o país por reajuste salarial. Tudo indica que já se desenvolvia no interior do aparato repressivo uma crise de grandes proporções. As denúncias de violência policial, corrupção, contrabando de armas etc. indicam isso. A burguesia já debatia há algum tempo a necessidade de uma reforma da polícia, a fim de adequá-la à situação atual no país.

Uma tropa de mais de meio milhão de homens (o dobro do exército) não poderia mais ser sustentada por um Estado em liquidação. Para os capitalistas, trata-se de reduzir os gastos com a polícia e torná-la mais controlada, para se voltar principalmente à repressão social.

Dessa forma, o governo pretende criar uma espécie de Guarda Nacional, uma Secretaria Nacional de Segurança Pública, desvincular os salários de policiais dos do funcionalismo. Chegou-se a cogitar a unificação das polícias do Mercosul (um

projeto do governo argentino), voltado principalmente contra os movimentos sociais. As dificuldades para a formulação de tal reforma começam no próprio caráter federativo do país, e chegam até a imposição de uma reforma que não ouviu os policiais e suas associações.

A burguesia pretende que seu aparato repressivo esteja sob maior controle e seja mais barata. A proibição da greve policial faz parte da reforma pretendida pelo governo. A burguesia sabe que não pode admitir que a crise chegue aos quartéis, enfraquecendo perigosamente o Estado e a ditadura de classe capitalista.

Por outro lado, o reformismo também apresenta sua proposta de reforma da polícia. Parte do princípio que é necessário manter a repressão sob controle rígido do governo. Teme que uma ascensão da frente popular ao governo seja incapaz de suportar militares sem disciplina. Por isso, os projetos de Helio Bicudo e José Ge-

noíno ampliam a hierarquia e tentam fortalecer o controle do governo sobre o aparato repressivo. São essencialmente antidemocráticos.

A defesa das reivindicações democráticas de atendimento das reivindicações dos soldados, livre organização sindical e direito de greve, eleição com revogabilidade dos superiores, direito de armamento popular etc. levam a impulsionar a desintegração do aparato repressivo e favorecem a luta dos explorados rumo à revolução proletária. As correntes que não entendem isso não compreendem os fundamentos da luta pela destruição do Estado burguês, que só pode se dar pela insurreição.

Nacional

Causa Operária contra a greve da PM, mas em favor de uma polícia sob controle popular

O Partido da Causa Operária (PCO) tem se colocado abertamente contra as greves de policiais e os apoios de organizações políticas aos grevistas. Para os altamiristas, como a polícia é o braço armado do Estado capitalista, não cabe defender que esteja melhor paga, para poder reprimir melhor os trabalhadores em luta.

Por outro lado, defende a dissolução das PMs e a formação de polícias sob controle da população. Aqui o PCO se "esquece" que as polícias são o braço armado do Estado, e afirma ser possível construir polícias armadas sob controle da população desarmada. Ou seja, um tipo diferente de polícia, que mesmo sob o capitalismo deixaria de ser "braço armado do Estado" para ser manejada pelos assalariados.

Do esquerdismo ao democratismo burguês

O PCO, ao se colocar contra as greves das PMs, fez um bloco com o governo e os capitalistas. Por que o governo condenou e reprimiu duramente as greves policiais? Porque ameaçavam o congelamento salarial, uma das bases do plano Real, e porque significou uma rachadura no in-

terior do aparato repressivo, com a insubordinação, quebra de hierarquia, e utilização dos métodos de luta da classe operária. Esses movimentos de soldados lutando por salários contra seus superiores impulsionam a crise no interior do Estado burguês. Os operários devem chamar os policiais a se juntarem aos oprimidos e voltar as armas contra os exploradores e seu Estado. O trabalho para destruir o aparato repressivo do Estado burguês passa por defender reivindicações democráticas dos soldados contra seus superiores e lutar para ganhar para as posições do proletariado os soldados, que vêm das famílias operárias, semiproletárias ou camponesas. A política militar do proletariado leva à divisão e desintegração do aparato repressivo, à unidade entre operários, camponeses e soldados, ao armamento da população e à insurreição.

Mas o PCO prefere ficar contra as greves das PMs. Por outro lado, defende a formação de uma polícia sob controle da população. Essa reivindicação democratizante é impossível historicamente. Quando PCO diz que a polícia é braço armado do Estado, se esquece de tirar daí as conclusões necessárias, dentre elas a de que, sob

o capitalismo, toda e qualquer instituição policial ou militar estará a serviço da ditadura de classe burguesa, jamais será possível transformá-la em algo controlado e a serviço da população. E que se os explorados não se armarem para enfrentar a repressão capitalista, jamais poderão destruir esse sistema.

O PCO tagarela essa bobagem porque pensa nas possibilidades de ascensão de um governo dos trabalhadores, ou das organizações sindicais e populares (qual será o próximo nome de sua estratégia? Dependerá da criatividade de seu dirigente...) pela via eleitoral. Tanta verborragia esquerdista para concluir no velho eleitoralismo.



Aumento de impostos penaliza assalariados

O governo conseguiu fazer aprovar a permanência do CPMF. O imposto, que era provisório até março de 1998, agora será permanente. Trata-se de mais um mecanismo criado para sustentar o parasitismo financeiro e com ele o plano Real.

Quando foi criado o CPMF, o governo anunciou que seria um imposto destinado à saúde pública. Mas metade dos 5 bilhões arrecadados nunca chegou à saúde, servindo para pagamentos de dívidas anteriores. E a outra metade serviu apenas para cobrir aquilo que o governo já não tinha gastado com ela. Assim, tudo foi parar nas mãos dos especuladores.

Agora, o governo conseguiu tornar permanente o imposto, com o apoio do PPS de Roberto Freire. O ex-stalinista ainda defendeu o CPMF dizendo que seria um imposto democrático, pois todos pagariam igual porcentagem. O que é uma mentira, porque faz muito mais falta um real para quem ganha pouco do que mil reais para quem ganha milhões. A verdade é que os assalariados é quem sofre com o novo imposto. E que será usado para sustentar o parasitismo financeiro,

que garante o valor artificial do Real diante do dólar. Roberto Freire mostrou-se um fiel escudeiro do governo e de seu plano antinacional e antipopular.

Novo imposto: mais 1% de ICMS

O governo do Rio Grande do Sul aprovou o aumento do ICMS em 1%. Segundo o governador Antônio Brito, foi a única alternativa às dificuldades financeiras que o estado vem sofrendo. O governo FHC bateu palmas, e afirmou que o caminho deve ser seguido pelos outros estados.

A necessidade de mais impostos advém do aumento do endividamento interno e externo, bem como da política monetária (sobrevalorização do Real, altas taxas de juros, parasitismo financeiro etc). Com as demissões, arrocho salarial e cortes nos serviços sociais o governo tem alcançado um equilíbrio na contas primárias, que se constitui do que arrecada e do que gasta, excluído os gastos com a dívida.

Fica evidente que o rombo orçamentário é provocado, portanto, pelo parasitismo do endividamento. E assim, do ponto de vista capitalista, o aumento dos impostos contra as massas é a solução. O que significa mais pobreza e carestia, porque é uma forma de rebaixar os salários.

Os orçamentos estaduais têm sido reduzidos pelos cortes de repasses de verbas feitos para formar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e pelo corte do ICMS sobre produtos destinados à exportação. Por isso, as suas dificuldades financeiras aumentaram ainda mais. O governo já sinalizou que não voltará a discutir ou modificar os acordos de renegociação com

estados recentemente fechados. Segundo FHC, para os estados só resta aumentarem impostos. O ministro Pedro Malan afirmou cingidamente que isso daria mais democracia e transparência aos gastos públicos, porque a população seria forçada a discutir porque se aumentam os impostos, e assim passaria a defender o corte de gastos embutido nas demissões de funcionários públicos.

É bom lembrar que a prefeitura de Porto Alegre é dirigida pela Democracia Socialista-PT (Raul Pont). O que foi feito diante do aumento do ICMS no estado? Nada! Está aí mais uma capitulação do reformismo frente ao neoliberalismo.

Mais uma vez, os capitalistas jogarão os custos da manutenção artificial do valor do Real sobre os assalariados, já que as empresas passarão o aumento de imposto aos preços, que serão pagos pela população. Como os salários estão congelados, terão seu poder de compra ainda mais reduzido diante dos preços.

Nada de aumentos de impostos! Que os capitalistas paguem!

Os assalariados já sofrem com os salários minguados e a superexploração capitalista. Não podem arcar com os custos da crise capitalista ou das políticas econômicas dos governos dos exploradores. Devemos rejeitar os impostos que nos impõem os capitalistas e seus governos. A CUT, os sindicatos e organizações populares devem se colocar por: que os assalariados não paguem nenhum imposto, que só os capitalistas paguem, e que os salários sejam protegidos dos repasses com a escala móvel de reajuste.

Que a justiça burguesa não ponha as mãos sobre Antonio Justino (Tonhão)

O presidente da Apeoesp moveu um processo contra o militante e opositor Antonio Justino (Tonhão) alegando ter sido ofendido ao ser chamado de pelego e safado. O burocrata da Apeoesp pretende com isso quebrar a militância opositora e abrir um precedente no movimento sindical. Em Natal, militantes do POR também foram ameaçados de processo na justiça burguesa por denunciar as falcaturas da burocracia.

Esses dirigentes que passam a defender o capitalismo estão fadados por força de sua política a destruírem a democracia sindical e a reprimirem a militância. Hoje é o processo; amanhã expulsão do sindicato; depois de amanhã os bate-paus, como já ocorre em inúmeros sindicatos.

É uma questão de princípio contrapor à perseguição de Roberto Felício contra o opositor Antonio Justino. Trata-se de fazer uma ampla campanha de denúncia.



Sem-terra fazem acordo para não ocupar o Pontal

O governo de São Paulo assinou um decreto para regularizar a situação as terras devolutas na região do Pontal do Paranapanema. Essa região tem sido o principal alvo de ocupações de terra pelo MST. As terras ali pertencem ao Estado de São Paulo, mas estão cercadas e ocupadas por fazendeiros da região, que utilizam de jagunços e da polícia local para combater os sem-terra que ocupam "suas" terras.

Pelo decreto, o governo estadual cede as terras aos fazendeiros, com a condição de que eles reservem de 35% a 75% das áreas a assentamentos para sem-terras.

Com o acordo, o governo estadual entregou de mão-beijada as terras aos fazendeiros grileiros, e ganhou a promessa de José Rainha de que cessarão as ocupações na região.

A direção do MST faz assim uma grave concessão ao governo Covas/FHC. Trata-se de um grave precedente, porque renuncia ao método das ocupações em troca de migalhas e ainda aceita regularizar as terras dos grileiros. Com a promessa de que não farão ocupações, desarmam o movimento pela terra, e entregam a iniciativa política ao governo estadual. Limitam o movimento às terras provenientes do decreto de Covas, certamente insuficientes para o nú-



Covas conseguiu impor um acordo ao MST.

mero de famílias jogadas nas estradas. E abrem caminho para um desarmamento e contenção geral das ocupações em nível nacional, que o governo procurará utilizar contra o método da ação direta.

Em outras ocasiões, o governo já tinha tentado, sem sucesso, conseguir da direção do MST a promessa de não ocupar mais terras. Diante do decreto de Covas, o MST poderia até fazer uma concessão de aceitar assentamentos nas terras devolutas,

mas nunca poderia abrir mão da defesa do método das ocupações de terra, da ação direta. Este é o grande problema. Qualquer manobra tática deveria sempre estar subordinada à defesa do método da ação direta.

Ao abrir mão das ocupações, a direção local do MST submete o movimento ao governo Covas/FHC e à sua política agrária.

Os sem-terra não devem abandonar a luta, e sim chamar os trabalhadores das cidades, os operários, a se juntarem a eles num movimento nacional. Não devem cair no canto de sereia dos governos e da Igreja, que pregam o pacifismo enquanto os latifundiários vão se armando cada vez melhor e assassinando lideranças. Não devem conciliar com o governo que persegue seus líderes e os ameaça de prisão, mas combatê-lo e chamar a todos que façam o mesmo.

Nacional



Manifestações do dia 25 de julho

A política eleitoralista não leva à mobilização da classe operária

As Manifestações do dia 25, que a burocracia e o reformismo prometiam ser grandiosas, não tiveram a repercussão esperada. Em alguns estados a presença das massas foi mais significativa que em outros, mas o termômetro foi São Paulo, o centro industrial do país. A participação de cerca de seis mil manifestantes se compunha de classe média urbana, estudantes e de sem-terra, que se deslocaram em marcha para a capital do estado.

Nenhuma fração significativa da classe operária esteve presente. O que mostra bem a política da burocracia e do reformismo de não mexer com o proletariado.

Mas o fundamental não foi o número e sim o conteúdo político. O objetivo do ato não foi de fato contra



o desemprego, como foi anunciado, mas para servir de tribuna aos objetivos eleitorais do PT e seus consortes.

O POR entrevistou com um panfleto orientado pela tarefa de pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular e seu governo, convocar a greve geral. Eis a sua chamada: "É preciso constituir uma Frente Única Antiimperialista para pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular de FHC e avançar a luta anticapitalista. Convocar assembléias sindicais e populares para aprovar uma plataforma de luta contra o Plano entreguista. Constituir os comitês de base por todo país. Organizar a greve geral".

Essa linha esteve em contraposição à estratégia eleitoralista, ao imobilismo imposto pela burocracia sindical frente ao Plano de fome e

miséria e à sustentação do governo pró-imperialista. Também se distinguiu do centrismo (PSTU) que propõe uma "frente de esquerda e socialista" visando as eleições de 1998.

A sua defesa rigorosa no seio das massas é fundamental para armá-las para o combate revolucionário contra o governo dos capitalistas e contra a linha do reformismo. Trata-se de uma diretriz voltada a desenvolver a ação direta dos explorados e a constituição de organismos de base em nível nacional, que possam sustentar uma luta aberta contra o governo, a burguesia e seu Estado.

Congressos Estaduais da CUT (CECUTs) expõem o reacionarismo do reformismo e o oportunismo dos opositores

Os resultados gerais dos CECUTs demonstraram o quanto a corrente Articulação caminhou para a direita e o quanto as principais correntes oposicionistas de esquerda caminharam para o oportunismo.

A primeira, compareceu com uma linha submissa ao Plano pró-imperialista do governo FHC, a ponto de um de seus principais dirigentes, Vicentinho, declarar que não há mais razões para se colocar contra as privatizações. Toda conversa de resistência propositiva da tese da Articulação, não passa de uma máscara para adaptação da burocracia reformista ao capitalismo decadente e à política burguesa correspondente a tal situação. Não é por acaso que os congressos, na sua maioria, não aprovaram nenhum plano sério de

luta. Isso quando avança a miséria dos trabalhadores e quando o Plano Real dá sinais de desintegração, logo mais recairá mais pesadamente sobre a maioria nacional oprimida.

O assombroso, no entanto, foi a conduta dos intitulados oposicionistas, que englobam as forças PSTU (MTS), ASS (O Trabalho, DS etc) e o PCdoB (Corrente Sindical Classista). Em São Paulo, a Corrente Sindical Classista realizou um bloco político com a Articulação em torno da análise de conjuntura e da defesa de constituição de uma frente eleitoreira, denominada "Frente Ampla Antineoliberal". Tal frente objetiva colocar a CUT a reboque da estratégia eleitoral do reformismo e do estalinismo, que implica numa coligação do PT, PCdoB, PSB, PDT e setores descontentes do PMDB e PSDB. Portanto, uma frente de conciliação de classe, frente-popular. No entanto, essa mesma corrente se aliou ao "Bloco Unido de Oposição" para concorrer a cargos na direção da CUT. Que os estalinistas façam qualquer negociação e traquinagem não é razão para crítica, uma vez que se trata de uma corrente historicamente contra-revolucionária.

A crítica recai sobre o PSTU, que também para juntar votos não mediu esforços para compor com o estalinismo, sabendo que este esteve a todo momento aliado politicamente à Articulação. Ocorre que para os centristas do PSTU e dos petistas disfarçados da ASS o problema também reside em aglutinar votos para alcançar alguns postos de direção. Para tais correntes é plenamente aceitável e natural se aliar numa chapa com aqueles que estiveram no plano político aliados aos principais adversários. Evidentemente, o PCdoB é um cavalo de tróia no denominado "Bloco Unido de Oposição". Esse casamento mostra a face do oportunismo esquerdista.

Está aí por que os Congressos da CUT, não tiveram uma verdadeira e expressiva oposição classista e revolucionária. Está colocada a tarefa de superar tal situação constituindo uma fração revolucionária no interior da CUT, que aglutine sob a base da estratégia e da tática da revolução proletária, a militância que desperta para a necessidade de derrotar a direção reformista e colocar os sindicatos a serviço do movimento de massa.

Outros exemplos de oportunismo: a adoção da "flexibilização tática" das alianças nos Cecuts

Se ficarmos só no CECUT/São Paulo não teremos a idéia precisa de toda podridão dos chamados opositores. Vejamos então o que se passou em outros CECUTs.

No Acre, a Corrente Sindical Classista (CSC) se uniu a ASS contra a Articulação, ganhando 63% dos votos.

Já no Amazonas, a CSC se uniu à Articulação contra o PSTU, Trabalho e Independentes, obtendo 51,87% dos votos.

Observe o que se passou na Bahia: a CSC se uniu ao PSTU, sendo que a ASS se juntou a Articulação. "O samba do crioulo doido" não pára aí.

Em Goiás, houve

chapa unida somando Articulação, CSC e ASS.

Em Minas Gerais, a Articulação obteve 43% dos votos, a CSC 19% e a frente PSTU/ASS, 38% dos votos. Observem que aqui temos três chapas separadas.

Em Pernambuco, Maranhão e Paraná, a CSC esteve unida à Articulação.

No Rio de Janeiro, também houve três chapas: Articulação 37,80%, CSC 12,52%, PSTU, ASS e Independentes 49,60% dos votos.

No Rio Grande do Norte também disputaram três chapas: Articulação 50,51%, CSC e PSTU 35,29% e ASS 14,20%.

No Rio Grande do Sul, se constituiu um chapão: CSC, PSTU, ASS e Articulação Independente, que obteve 56,37% dos votos contra a Articulação (43,63%).

O mesmo ocorreu em Santa Catarina, só que aí venceu a Articulação com 66% dos votos. O chapão CSC, PSTU, ASS, O Trabalho e Independentes 34% dos votos.

Em Sergipe, ocorreu o inusitado: a Articulação abandonou o Congresso, contestando a delegação e a chapa única formada pela CSC, Articulação Independente e PSTU.

Não é preciso expor o que ocorreu em alguns outros estados para se observar a dança das coligações. É suficiente para demonstrar que tais correntes não se guiam por posições políticas para constituir frentes. O que fazem é contar os votos e verificar qual é o lado que dará mais dividendos. Notamos que a ASS e CSC realizou todo tipo de composição. O PSTU só não se uniu com a Articulação, mas procurou aliança com as correntes politicamente próximas da Articulação. Mas não deixou de cometer o seu pecado, aliou-se com chamada Articulação Independente, que nada mais é do que uma variação aparelhista da Articulação. Por essa política e por esse método não será possível pôr em pé uma oposição revolucionária no interior da CUT e dos sindicatos ao reformismo.



Comissão do PT é igual a toda e qualquer CPI

A comissão para investigar as acusações de corrupção em suas prefeituras através da Cepem reproduziu as farsas das CPIs. Parece que o PT aprendeu a manobrar os escândalos de corrupção na escola dos partidos burgueses que compuseram as várias CPIs. Admite a existência da corrupção, mas esconde a face dos maiores responsáveis. A comissão admitiu que de fato a Cepem fez falcaturas para extorquir dinheiro dos cofres públicos. Assinala a suspeita de que o empresário e filiado do PT, Roberto Teixeira, tenha responsabilidade no caso.

Está aí o reconhecimento de que o denunciante Paulo de Tarso estava falando de algo concreto. Mas o outro lado do relatório está destinado a livrar o PT. Quanto à ligação de Lula com seu compadre Roberto Teixeira afirma: "A omissão de Lula não pode ser considerada um problema imputável apenas ao presidente de honra do PT. Toda a direção nacional se omitiu". A omissão diz respeito às acusações de Paulo de Tarso feitas a quatro anos atrás. Paulo de Tarso diz que em 1993 fez uma reunião com Lula e os irmãos Teixeira para expor a corrupção da Cepem. Porém, o dirigente nacional do PT, que mantém relações de interesses materiais com

seu compadre Roberto Teixeira, simplesmente ignorou o fato. Também tivemos uma declaração recente de Lula que se fosse por ele não haveria investigação porque Paulo de Tarso não tinha apresentado nada de concreto.

É evidente a tentativa de acobertar a responsabilidade de Lula. Há uma passagem digna do relatório de qualificação burguesa. Diante do fato de Lula morar em um imóvel cedido pelo empresário Roberto Teixeira, o que constitui numa relação de interesse material, o relatório qualifica de "questão de foro íntimo". Ora a vida de um militante não pode estar em desacordo com a vida política. Certamente isso vale para o partido revolucionário do qual o PT não só está distante como é contraposto a ele. Em todo e qualquer partido pequeno-burguês ou burguês os interesses materiais perpassam a militância. Assim, do ponto de vista revolucionário a simples ligação de dependência material de Lula com Roberto Teixeira se constitui em corrupção. Daí para frente tudo é possível.

Um outro dado escandaloso do relatório foi livrar Paulo Okamoto das acusações de ter usado influências

do PT junto a fornecedores da prefeitura petista para conseguir recursos para o partido. O relatório indica que o depoimento da prefeita de São José dos Campos, Angela Guadagnin, admitiu que Paulo Okamoto havia "solicitado a relação de fornecedores da prefeitura para fins de capitação de recursos para o partido". O relatório nesse ponto deixa clara a concretude da denúncia de Paulo de Tarso. No entanto, absolve Okamoto. Ocorre que Okamoto comparece como um homem ligado à Lula.

Como se vê, não há como dizer não a nossa constatação de que o PT aprendeu a manejar os fatos na escola das CPIs burguesas. O POR logo que saiu a denúncia defendeu a convocação de um tribunal popular, constituído de representantes idôneos e independentes, provenientes da classe operária e demais setores oprimidos.

Nacional



LBI: falsear contra a política revolucionária é adaptar-se ao capitalismo

Já tínhamos em outra ocasião denunciado a LBI por mentir contra o POR. Mas parece que esse grupo está destinado a permanecer nessa trilha. Ao invés de criticar o posicionamento verdadeiro do POR, resolve falsificá-lo. Talvez seja por incapacidade de se contrapor à linha de nossa corrente, ou talvez seja por apodrecimento político. O tempo dirá qual dessas variantes é verdadeira, ou se as duas se completam.

Em seu Jornal nº20, publica uma matéria com o título: "PT: refém de sua ética burguesa". No subtítulo: "A esquerda pseudo trotskista abolveu o PT", faz a seguinte afirmação: "A chamada esquerda pseudo-trotskista, desde a mais extremada como a T.POR, até a mais oportunista do PSTU, passando é claro, pelos que ainda sobrevivem no PT, O Trabalho e DS, todos em coro unísono absolveram o PT no episódio da Cepem". "Disseram que não havia nenhuma prova concreta, e tudo indicava ser uma armação unida pelo Planalto para desmoralizar o PT(...)".

Nós esperávamos que a LBI citasse alguma passagem do Jornal Massas ou de sua Carta Aberta, distribuída amplamente, que comprovasse tal absurdo dessa afirmação em relação ao POR. Entretanto, não cita nada. Apenas em relação ao PSTU faz referência em que de fato a absolvição do

PT está colocada. O aberrante método de colocar a T.POR no mesmo saco do PSTU, DS, O Trabalho etc salta à vista. Somente os tontos não vêm. Já que a LBI não tem o que citar contra o POR, então mostraremos a mentira da LBI.

Na "Carta Aberta ao PT e demais Correntes de Esquerda" afirmamos: "Enquanto não se provar que as administrações petistas não fizeram o mesmo que todos partidos burgueses fazem, está valendo a denúncia de que o PT esteve mancomunado com a Cepem dos irmãos Teixeira. Nesse ponto não importa se o governo está ou não se utilizando do escândalo para se defender da CPI".

No Massas nº133, no artigo "O Partido dos Trabalhadores e a corrupção", diz: "Os petistas rebateram a acusação de corrupção nas prefeituras de São José dos Campos, Santos, Santo André etc com a justificativa de que o governo FHC e seus aliados a estão utilizando para não convocar a CPI da reeleição. Que o governo está se valendo do dossiê de Paulo de Tarso Venceslau (...) é incontestável. Mas essa manobra, por si só, não assegura que os prefeitos do PT e expressivas lideranças não tenham praticado nenhum crime de desvio ou malversação de dinheiro público".

No Massas nº134, segunda quinzena de junho,

no artigo "As raízes da crise no PT", fazemos uma análise da integração desse partido no Estado burguês e a inevitável corrupção política e material. Eis nossa afirmação: "Se antes a burguesia usou expedientes sujos como as revelações de ordem estritamente pessoais, o que pesou na luta eleitoreira, agora a denúncia de corrupção vem das fileiras do próprio PT. E pouco adianta o argumento de que o governo FHC está se aproveitando de injúrias

contra Lula para tirá-lo da candidatura à Presidência ou para evitar a CPI da compra de votos".

No Massas nº 135, publicamos uma nota "Aonde leva a comissão interna do PT?". Nela explicamos: "Dissemos no anterior que as denúncias de corrupção nas prefeituras dirigidas pelo PT não poderiam ser apuradas pelo próprio PT. Primeiro, porque não se trata de um problema interno ao Partido. Segundo, porque é parte interessada".

Como se pode observar, em nenhum momento o POR afirma que não havia nenhuma prova concreta. Em nenhum momento se utiliza do argumento de que o governo

está manejando uma falsa denúncia de Paulo de Tarso para manchar o PT. Em nenhum momento temos dúvida se há ou não corrupção. As passagens estão aí para comprovar essas afirmações.

O que a LBI deveria explicar é porque se omite diante da bandeira do POR de convocação de um Tribunal Popular para investigar e punir a corrupção petista. É sintomático seu silêncio a uma resposta prática, necessária à luta contra o reformismo. A inconsequência desses sabichões resulta de sua política de seita.

Uma corrente de esquerda que acusa sem comprovação, que deforma e falseia uma corrente revolucionária não faz senão jogar a favor da burguesia. A LBI se originou de uma cisão totalmente sem princípio do PCO. Sem princípio porque saiu defendendo a mesma estratégia de "governo dos trabalhadores". O POR a criticou por isso e esta não deu nenhuma resposta. Mais tarde se ligou a um grupo argentino e numa reunião modificou a bandeira do "governo dos trabalhadores" para "governo operário e camponês". Essa mutação se deu sem nenhuma auto-crítica. Sem nenhum reconhecimento de que o POR estava correto em sua crítica estratégica. Está aí a essência caracterizadora da LBI. Ou seja, caracterizadora de uma seita.



Encontros estaduais: Para onde vai o PT?

A vitória de Antônio Palocci para presidente estadual do PT em São Paulo indicou o caminho a seguir. Um pouco antes da Convenção, Palocci fez a seguinte declaração: "No plano nacional, a nossa linha deve ser a de construir uma candidatura reunindo todos aqueles que se opõem ao neoliberalismo. Isso pode significar a vinda de pessoas como Ciro Gomes, Itamar Franco e Requião."

Esse é o conteúdo das teses da Articulação e seus aliados aprovado na Convenção de São Paulo. A posição majoritária (Palocci teve 67,5% dos

votos) é de se ampliar a aliança para além do PSB, PDT e PCdoB, alcançando parte do PSDB (Ciro Gomes), do PMDB (Requião) e mais alguma tranqueira ligada ao ex-Presidente Itamar Franco, que deu lugar ao Plano Real.

Tal linha de mais ampla coligação possível com setores dos partidos burgueses, que mostrem algum descontentamento ou restrição à marcha da política econômica de FHC, é apoiada pelo PCdoB. Trata-se da famosa tática estalinista de Frente Popular, que resulta num governo burguês, dito democrático e progressista.

A tática de conciliação de classe, aplicada pelos velhos PCs, comprovaram em vários momentos da história seu caráter contra-revolucionário. Foi assim na segunda metade de 1930 na Espanha e França; e mais recentemente no Chile com o governo de Salvador Allende (PS). Em todos esses casos, a impotência dos gover-

nos frente-populistas se revelou prontamente diante da monumental crise do capitalismo e agudização da luta de classes.

Tais governos de conciliação de classe abriram caminho para a reação fascista. A traição dos PCs desarmaram o proletariado frente à tarefa de derrotar o fascismo através da revolução social. O PT e estalinistas procuram a mesma via, certamente que adaptada às atuais circunstâncias.

A responsabilidade da ala esquerda do PT, "O Trabalho", "Democracia Socialista" e "Força Socialista" cresce a cada dia, dado que se comportam como oposição de esquerda no interior da política de frente popular. O PSTU não escapa a esta situação, uma vez que tem apoiado a frente popular, nela participado diretamente e por não rechaçar teórica e politicamente o frentepopulismo do PT/PCdoB.

Que a justiça burguesa tire as mãos de José Rainha

É dever de toda militância centrar fogo na defesa de José Rainha contra a condenação de 26 anos e contra o processo movido pelo governo contra Pedro Stedile. O escandaloso julgamento horrorizou até mesmo os juristas burgueses. Ocorre que os latifundiários disseram qual devia ser a pena por um crime, que sequer foi comprovado. O Tribunal apenas cumpriu ordens dos poderosos oligarcas da região. Trata-se de formar por toda parte os Comitês contra a opressão social e política e travar a campanha contra a perseguição política às lideranças do MST.



Paralisar as escolas e exigir um imediato reajuste salarial

As recentes mobilizações têm apontado o caminho da luta. Os reajustes obtidos pelos policiais foram através das greves. A pressão sobre o governo foi intensa, a ponto de ter de ceder, embora não tenham conseguido conquistar plenamente suas reivindicações. Nos estados, onde o movimento foi mais fraco, os reajustes foram extremamente pequenos, a exemplo de São Paulo. A ação grevista quase generalizou e só não foi mais intensa devido a repressão, como ocorreu no Ceará. O governo precisou usar da repressão para que a onda grevista não se alastrasse e não pusesse em risco o seu Plano.

A rebelião das PMs é mais uma consequência do plano Real e das reformas neoliberais. Uma das bases da linha governamental é o sustento da especulação financeira através dos cortes dos gastos públicos, principalmente com salários. Os míseros salários levaram os PMs a agir, desafiando a hierarquia militar e correndo o risco de prisão e expulsão para reivindicar aumentos salariais.

O Plano governamental tem como essência o arrocho salarial, demissões e cortes drásticos aos serviços sociais, entre eles a educação. A resistência ao Plano implica na organização e na mobilização direta dos assalariados. Nesse sentido, as chamadas "novas alternativas de lutas", como está sempre propondo a diretoria da Apeoesp estão em oposição às necessidades de resistência dos trabalhadores a um plano que é antinacional e antipopular. Essas "novas alternativas" só contribuíram para a desorganização dos professores, na medida que passaram a confiar na possibilidade de obter conquistas sem de ter ir diretamente à luta.

É necessário romper com essa política da diretoria da Apeoesp. Para isso, a assembleia tem a função de organizar as escolas para a deflagração da greve. As reivindicações de reajuste salarial, fim da reforma educacional (que nada tem a ver com a qualidade do ensino e sim com o fechamento de escolas e demissão) só serão obtidas através da ação direta da classe.

A diretoria tem a desconfiança da base

Muitos professores mostram-se dispostos a ir à luta e entrar em greve. Porém, temem a traição da direção da

Apeoesp, baseada em experiências anteriores. A defesa da greve deve então ser acompanhada da defesa da eleição de um comando de greve, que incluirá professores e diretoria, para conduzir as negociações e dirigir a luta. Assim, as bases irão fazendo a experiência com a direção do sindicato e perceberão a necessidade de ultrapassá-la na luta.

A diretoria se colocou pela realização de uma pesquisa anônima entre os professores sobre a greve. Trata-se de uma manobra para evitar a luta direta. A direção reformista apresenta duas alternativas: greve ou "outras formas de luta". Como a pesquisa é anônima, não há como evitar a manipulação. A diretoria afirma que isso é democrático porque atinge mais professores que uma assembleia. Esse cinismo pouco encobre a vontade política de se evitar a organização dos professores para a luta, que se expressa na assembleia mobilizada, em oposição à passividade das "pesquisas" e do objetivo de canalizá-las para a negociação de cúpula e conciliação com o governo.

Rechacemos as pesquisas fraudulentas e passivas. Defendamos a assembleia mobilizada para a luta, para a greve.

O governo impõe o Provão, a diretoria da Apeoesp institui a Provinha

O governo avalia os professores através do provão, onde os alunos são usados como cobaias para testar a "incapacidade" dos professores. A diretoria da Apeoesp, usando as alternativas de múltipla escolha, lançou o mesmo mecanismo para testar a vontade dos professores para a greve. O objetivo da tal pesquisa é fazer com que o professor assinale a alternativa de que não é hora de se fazer greve, porque o governo e sua Secretária são autoritários. Assim, a diretoria lava as mãos e encerra mais uma vez a novela da campanha salarial.

Uma direção que não se dispõe a organizar a classe para responder os ataques do governo terá, necessariamente, de buscar esses métodos estranhos aos interesses dos trabalhadores. Sem fazer nada, os dirigentes consultam as bases, através do pesquisa anônima (como quer Roberto Felício), e utilizam os percentuais colhidos para inviabilizar qualquer reação de um setor disposto

à luta. Muitos professores perguntarão: Para que servirão as respostas, pois um mesmo professor poderá preencher centenas e centenas de papéis e colocar nas urnas? A resposta só é uma: dar sustentação quantitativa à política da diretoria de não fazer nada contra a reforma de ensino e o arrocho salarial.

Antes estava empenhada com os abaixo-assinados, depois foi a vez dos aerogramas e, agora, a provinha para avaliar a greve. Os professores devem rechaçar esses mecanismos e exigir a convocação imediata de uma assembleia massiva da classe, para que através do voto se aprove a resistência grevista.

O objetivo dos ciclos

A Secretária da Educação já prepara mais mecanismos para reduzir os custos com o ensino. Apega-se ao dado que a repetência traz um prejuízo de 835 milhões de reais por ano. Utiliza-se do velho argumento de que o professor usa a reprovação como arma contra os alunos. Tudo isso para pôr em prática a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que institui os ciclos, como falso mecanismo para conter os altos índices de evasão e repetência.

A criação dos ciclos está a serviço não da qualidade do ensino, mas sim da redução dos recursos do Estado para com o ensino. A falácia de que os ciclos exigirão professores mais formados só serve para justificar a política de Covas de demissão dos professores. A solução desses males da

Educação



educação não virá com medidas administrativas de substituição da seriação pelos ciclos. Muito menos com o salário de fome que é imposto à rede. A luta para impor a escola pública e gratuita em todos os níveis para toda a população, o salário vital e a real qualidade de ensino farão parte da mobilização geral dos traba-

lhadores contra um governo, que destrói a educação da mesma forma que entrega os ramos chaves da economia para o capital estrangeiro.

A abertura da campanha salarial deverá ter como centro de nos-

sas reivindicações a resistência grevista para pôr abaixo o conjunto de medidas governamentais, que atingem em cheio a vida dos educadores como a dos demais trabalhadores assalariados. Daí necessidade da luta unitária para de fato rechaçar integralmente o Plano de fome e miséria do governo.

Capacitação dos professores

A delegacia de Ensino, a mando da Secretaria da Educação, criou os módulos de capacitação dos professores. Para isso, contratou uma empresa privada (CTE) para ministrar tais aulas. Essa empresa contratou professores (no valor de 40 reais a

hora-aula) para ensinar o "be-a-bá". Quando questionados a respeito do conteúdo das aulas, os capacitadores responderam que se tratava de uma orientação geral da Secretaria da Educação, que já havia traçado o "perfil" dos professores e este qualificava-os como extremamente defasados, ou seja, semi-leigos. Dessa forma, nada de novo trouxe ao magistério. Apenas revela para que servem os grandes empréstimos feitos pelo Banco Mundial. Os milhões de dólares são carreados para as empresas privadas e estas imbecilizam o professorado com álibi das "novas pedagogias".

BALANÇO DO 45º CONGRESSO DA UNE

O congresso da União Nacional dos Estudantes, em Belo Horizonte, marca a consolidação da política de conciliação de classe através da materialização da frente reformista-estalinista para a direção da UNE.

O Congresso foi direcionado à defesa da constituição de uma frente ampla eleitoral, visando às eleições presidenciais de 1998. A posição do PCdoB e do PT é de arrastar o movimento estudantil por detrás de uma candidatura resultante de uma aliança com o PDT, PSB e os chamados setores descontentes do PMDB e até do PSDB.

O PSTU, que compareceu liderando um bloco oposicionista de esquerda não escapou à ótica eleitoralista imposta pelos reformistas e estalinistas. Apresentou-se defendendo uma frente de esquerda e socialista também para as eleições de 1998, embora a cobrisse com o verniz de uma frente de mobilização.

O POR se posicionou por uma frente única antiimperialista para pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular do governo FHC,

totalmente distinta dos objetivos eleitorais.

É claro que o debate sobre essa linha foi diluído e mutilado propositalmente pelo PCdoB e PT. Desta forma a essência do balanço reside na aprovação de uma tática de colaboração de classes e de constituição de um governo burguês, denominado democrático e popular.

Mudaram os critérios da representação para manter o controle burocrático da direção da UNE

Anunciada bem antes do congresso, o único empecilho para a conformação da aliança PCdoB, PT e representantes dos partidos burgueses estava na falsa polêmica sobre as eleições diretas da direção da UNE. Para o PCdoB o único interesse na manutenção da eleição através do congresso estava na necessidade de manter o controle burocrático do aparelho. O interesse do PT e seus aliados em torno da eleição direta também esteve motivado pela disputa aparelhista.

Da parte dessas correntes majoritárias, não se tratava evidentemente de defender ou aperfeiçoar a democracia na UNE, que só poderia se basear na democracia operária. Prova disso foi a solução negociada, ou seja, a resolução de que os próximos congressos não contarão com a presença de delegados eleitos na base, mas apenas dos que conseguirem passar na peneira dos congressos estaduais.

Na verdade, a farsa em torno da questão das diretas esconde a necessidade de distanciar a UNE das bases estudantis que expressam as posições de resistência e luta ao Plano neo-

liberal de FHC. Está aí exatamente a razão que obriga que a nova direção distancie a entidade dos estudantes, estes tendem a reagir à aplicação da diretriz neoliberal de destruição da educação, enquanto que a primeira adota uma política de comprometimento com a democracia e o parlamento apodrecido.

Colocaram-se por evitar a luta contra o governo antinacional e antipopular

Em todas as resoluções aprovadas predomina a linha de não colocar os estudantes em choque frontal contra o plano, seja através da adoção de "alternativas" às medidas do Plano neoliberal, seja através do distracionismo de discutir questões secundárias genericamente (as especificidades de mulheres, os negros, os homossexuais, as lésbicas, todas as minorias, menos a maioria de estudantes e trabalhadores) e não responder aos ataques concretos que o governo desferiu contra o ensino, usando ainda a descaracterização dos métodos de luta baseados na ação direta em troca dos atos festivos e eleitorais.

A frente reformista-estalinista que se formou na direção da UNE antecipa a frente popular que se articula para as eleições de 1998. A perspectiva de tal frente é a de submeter a classe operária e o conjunto dos trabalhadores oprimidos a uma parcela da burguesia falsamente caracterizada pelo reformismo do PT e do PCdoB como "progressista".

Situada no marco da democracia burguesa, a frente eleitora acaba desarmando os estudantes, pois serão persuadidos a deixar as soluções para os problemas que afetam o sis-



tema educacional do país nas mãos da frente popular. Ocorre que a resistência ao projeto neoliberal e a solução dos problemas mais importantes que atingem a universidade hoje (autonomia universitária, fim do ensino pago e estatização de todo o sistema educacional, desenvolvimento da ciência e da tecnologia etc.) não podem ser dadas no marco da democracia burguesa e do regime capitalista.

Serão os estudantes, junto com a classe operária, e a maioria oprimida, que poderão resistir à aplicação do plano. Necessariamente esta resistência adquire caráter de luta anticapitalista e antiimperialista, portanto de choque contra a democracia dos exploradores.

A frente burguesa que se consolidou na direção da UNE é resultado de todo um processo de adaptação das direções à democracia burguesa e ao Estado capitalista. Apoiada nas ilusões democráticas dos estudantes têm procurado, desde o processo de abertura do regime democrático, viabilizar a democracia burguesa e o regime capitalista.

É por isso que as delegações do PSB, PDT, PSDB e PTB compareceram ao congresso sem serem rechaçadas pelos estudantes. É também por isso que conseguiram compor a frente com os reformistas e os estalinistas. Enquanto os estudantes estão iludidos com o canto da sereia profe-

rado por suas direções sobre a viabilidade da democracia, o projeto neoliberal é aplicado e o ensino superior está sendo destruído.

A resistência que começa a se esboçar entre os estudantes é golpeada na sua base, pois tende a se chocar exatamente com a democracia e com o Estado, tão defendidos pelas direções reformistas. O próximo período será de combate à direção burguesa e à frente popular, obstáculo que necessariamente os estudantes devem ultrapassar para poderem defender consequentemente o ensino.

Até onde vai o estalinismo?

No 45º CONUNE estavam presentes as delegações burguesas do PSB, PPS, PDT e até PTB. Apesar de não serem numericamente tão expressivas, seus representantes ocuparam uma parcela significativa dos cargos da direção da UNE, estes últimos divididos também com a direita do PT e o PCdoB. Na verdade o chamado "chapão" se formou como produto de um acordo aparelhista que precedeu a eleição da direção. Ricardo Cappeli, membro do PCdoB e eleito presidente da UNE, admite que a UJS tinha mais de 50% dos delegados e apesar disso ficou com 19 diretores dentre os 51 cargos da diretoria. (Jornal "A Classe Operária" nº 152, página 05). Pela declaração

desavergonhada do estalinista podemos afirmar que aproximadamente metade da direção da UNE foi dada de "mão beijada" aos representantes estudiantis dos partidos burgueses patronais que não tinham sequer representação proporcional. Entretanto, a sanha estalinista de abraçar a burguesia não pára por aí. No mesmo artigo, declara: "... as lideranças universitárias filiadas à União da Juventude Socialista e às demais organizações políticas (inclusive a partidos como PMDB, PSDB e o PPB) são estudantes comuns e foram eleitos por outros estudantes comuns, com os quais compartilham o mesmo cotidiano, para representá-los no congresso. ("A Classe Operária" nº 152, página 05). Está aí por que afirmamos que os defensores da igualdade e da democracia acabam de mãos dadas com os representantes da burguesia pró-imperialista.

Educação



Vicentinho X Vaccari: A luta interburocrática pelo controle da CUT

Os jornais expuseram, durante o último congresso estadual da CUT/SP, a luta intestina na burocracia reformista pelo controle da CUT. De um lado, Vicentinho reafirma que disputará novamente a presidência da Central, após três negativas públicas. Para isso, desistirá da disputa pelo posto no parlamento (deputado federal). De outro, Carlos Vaccari, dos bancários de SP, secretário-geral na atual gestão, e que havia sido indicado pelo próprio Vicentinho para substituí-lo.

Os bancários ameaçam não votar na chapa da Articulação/PT nos Congressos da CUT, ou fazê-lo ficando de fora da futura direção. Alegam que tinham um acordo com Vicentinho que entregaria a presidência a um

bancário em 1997 (a CUT é dirigida pelos metalúrgicos do ABC desde sua fundação), e que tal acordo foi rompido pelo burocrata-chefe.

Como se vê, a disputa é totalmente aparelhista, sem nenhuma base política. A ala dos bancários é tão conciliadora e reformista quanto a de Vicentinho. No fundo, as disputas entre as frações burocráticas é para ver quem controla maior parte do aparelho sindical e da central para servir-se dele como apoio político, financeiro e material para as eleições de 1998.

Defendemos que a direção da Central, assim como o maior peso político, deve caber à classe operária, pelo papel histórico revolucionário que cumpre. O

POR defende que os operários (delegados de base, não diretores de sindicatos operários) tenham maior delegação e votos de maior peso nos Congressos e na formação das direções da Central, sobre a base do programa revolucionário. Isso não tem nada a ver com a disputa aparelhista entre Vicentinho e Vaccari, ambos igualmente reformistas e burocratas.

É preciso construir uma nova direção para a CUT e os sindicatos. Isso depende da luta para construir as frações revolucionárias, que se organizam sobre a base do programa da revolução proletária, e têm como objetivo colocar os sindicatos a trabalharem pela destruição violenta, insurrecional, do capitalismo.

Movimento Operário

Campanha dos 150 anos do Manifesto Comunista

Damos continuidade à tradução do texto de Leon Trotsky sobre o Manifesto do Partido Comunista, escrito em outubro de 1937, dedicado aos 90 anos de sua existência. No Massas anterior publicamos os pontos 1, 2 e 3, eis por que nesta edição iniciamos no item 4.

90 anos do Manifesto Comunista (2ª parte)

Leon Trotsky

Internacional



4. Atacam violentamente a proposição do Manifesto referente à tendência do capitalismo rebaixar o nível de vida dos trabalhadores e ainda reduzi-los à pobreza. Padres, professores, ministros, jornalistas, teóricos social-democratas e dirigentes sindicais saíram a público para enfrentar a chamada "teoria do empobrecimento". Invariavelmente encontravam indicadores de crescente prosperidade entre os trabalhadores, fazendo passar a situação da aristocracia operária pela de todo o proletariado, ou tomando como perdurável alguma tendência momentânea. Entretanto, até o desenvolvimento do mais poderoso capitalismo do mundo, o capitalismo dos Estados Unidos, converteu milhões de trabalhadores em mendigos, mantidos à expensas da caridade federal, municipal ou privada.

5. Em contraposição ao Manifesto, que descrevia as crises industrial e comercial como uma série de catástrofes cada vez maiores, os revisionistas asseguravam que o desenvolvimento dos trustes em nível nacional e internacional assegurariam o controle sobre o mercado, conseguindo gradualmente terminar com as crises. O que caracterizou o fim do século passado e o começo do presente foi um desenvolvimento tão tempe-

tuoso do capitalismo que as crises apareciam como interrupções "acidentais". Mas essa época se foi para não mais voltar. Definitivamente, Marx teve razão também nesse tema.

6. "O governo do Estado moderno não é mais que uma junta que administra os negócios comuns de toda classe burguesa". Essa fórmula sucinta, que os dirigentes da social-democracia consideraram como um paradoxo jornalístico, de fato contém a única teoria científica do Estado. A democracia criada pela burguesia não é, como acreditavam Bernstein e Kautsky, uma bolsa vazia que pode ser preenchida sem problemas com qualquer tipo de conteúdo de classe. A democracia burguesa só pode servir à burguesia. Um governo de "frente-popular", esteja dirigido por Blum ou Chautemps, Caballero ou Negrin, não é senão "uma junta que administra os negócios comuns de toda classe burguesa". Quando este "comitê" maneja mal as coisas, a burguesia o enxota a patadas.

7. "Toda a luta de classes é uma luta política". "A organização do proletariado como classe, e conseqüentemente sua organização em partido político". Sindicalistas, por um lado, e anarco-sindicalistas, por outro, durante longo tempo se afastaram, e ainda hoje tratam de fugir, da compreensão destas leis históricas. O sindicalismo "puro" agora sofreu um golpe demolidor em seu principal refúgio: Estados Unidos. O anarco-sindicalismo sofreu uma derrota irreparável em sua última fortaleza: Espanha. Aqui também o Manifesto demonstrou estar certo.

8. O proletariado não pode conquistar o poder dentro do marco legal estabelecido pela burguesia. "Os comunistas declaram abertamente que seus fins só podem ser alcançados destruindo pela força as condições sociais existentes". O reformismo procurou explicar esse postulado do Manifesto sobre a base da imaturidade do movimento naquele momento e o desenvolvimento inadequado da democracia. O destino que sofreram as "democracias" italiana, alemã e mui-

tas outras demonstra que a "imaturidade" é o traço distintivo das idéias dos próprios reformistas.

9. Para a transformação socialista da sociedade, a classe trabalhadora deve concentrar em suas mãos um poder tal que permita-lhe esmagar todos e a cada um dos obstáculos políticos que obstaculizem o caminho para o novo sistema. "O proletariado organizado como classe dominante" - isso é a ditadura. Ao mesmo tempo é a única verdadeira democracia proletária. Seu alcance e profundidade dependem das condições históricas concretas. Quanto mais Estados tomem o caminho da revolução socialista, tanto mais livres e flexíveis serão as formas que adotará a ditadura do proletariado, tanto mais ampla e mais profunda será a democracia operária.

10. O desenvolvimento internacional do capitalismo determinou o caráter internacional da revolução proletária. "A ação comum do proletariado pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua emancipação". O desenvolvimento posterior do capitalismo uniu tão estreitamente todos os setores de nosso planeta, tanto "civilizados" como "não civilizados", que o problema da revolução socialista assumiu total e decisivamente um caráter mundial. A burocracia soviética procurou liquidar o Manifesto no que respeita esta questão fundamental. A degenerescência bonapartista do Estado soviético é uma evidente demonstração da falsidade da teoria do socialismo em um só país.

11. "Uma vez que no curso do desenvolvimento tenham desaparecido as diferenças de classe e haja concentrado toda produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político". Em outras palavras: o Estado se extingue. A sociedade permanece livre de sua camisa de força. Isso não é outra coisa senão o socialismo. O teorema inverso: o monstruoso crescimento da coerção estatal na Rússia é o testemunho eloqüente de que a sociedade está se afastando do socialismo.

150 anos do Manifesto Comunista

Dando continuidade à campanha de comemoração dos 150 anos do Manifesto Comunista, a comissão organizadora publicou o boletim nº1, da regional São Paulo. Neste faz o convite para a palestra de José Martins, cujo tema é "O Manifesto do Partido Comunista: um programa para atualidade da revolução". Também convida para uma reunião de trabalho no dia 23/8 de 1997, das 10 às 13 horas, no Departamento de História da USP. Informa que na Pontifícia Universidade Católica foi constituído um comitê organizador da campanha. Todas as reuniões são abertas à aqueles que se colocam pela defesa do Manifesto.

O Manifesto do Partido Comunista: um programa para atualidade da revolução

O palestrista José Martins iniciou citando uma declaração de Rosa Luxemburgo de que os comunistas alemães já tinham um programa, que é o Manifesto do Partido Comunista. Em seguida, procurou demonstrar que atualidade do Manifesto está na fundamentação da revolução proletária. Rechaçou a opinião dos opositores do Manifesto que afirmam que a classe operária está se extinguindo e que por isso perdeu sua função histórica. Também fez referência a que

não se pode confundir a política do estalinismo com as premissas do Manifesto. Fez muitas outras colocações que não cabe aqui estender. Depois houve 30 minutos para os presentes fazerem perguntas e exporem pontos de vista.

O Partido Operário Revolucionário participou ativamente. Colocou que algumas teses essenciais do Manifesto não ficaram claramente expostas. São elas:

1) que a história de todas as sociedades até nossos dias é a a história da luta de classes. Demonstrou nesse ponto que essa tese é a base da concepção marxista, da qual se extrai a compreensão da estratégia da revolução e ditadura proletárias;

2) que o governo do Estado moderno não é mais do que um comitê que gerencia os negócios da burguesia. Aqui está a essência da teoria do Estado burguês;

3) que o proletariado destruirá o sistema capitalista através da força. Corresponde à defesa da violência revolucionária para destruir o poder da burguesia sobre os meios de produção e transformá-los em socialista;

4) que a revolução começa nas fronteiras nacionais mas só termina internacionalmente. Trata-se da tese do internacionalismo proletário;

5) Finalmente, enfatizou a impor-

tância da idéia de que a classe operária tem de se transformar em classe organizada através do partido revolucionário. Explicamos sucintamente que tais premissas, entre outras, correspondem à análise histórica de Marx e Engels de que o capitalismo já havia criado as condições para a revolução social.

Em seguida, fizemos a sugestão para os presentes lerem o texto de Trotsky intitulado "A 90 anos do Manifesto Comunista", escrito em outubro de 1937. Tomamos a liberdade de ler duas passagens que demonstram que o internacionalismo é essencial para a destruição do capitalismo e construção socialismo. E que a teoria do socialismo em só país de Stalin afastava a União Soviética do socialismo. Esta previsão de Trotsky se baseou nas teses do Manifesto Comunista. Está aí toda sua força revolucionária e sua atualidade.

Internacional



Causa Operária se impressiona com as eleições europeias

Em seu panfleto de convocação para um debate sobre Che Guevara, o PCO (Partido da Causa Operária) afirma que França e Inglaterra, através das eleições, "soterram o chamado neoliberalismo". Em seu jornal, induzem a crer que o mesmo pode ocorrer com o Brasil, desde que se configure uma candidatura representativa do movimento operário. Certamente, só podemos concluir que PCO está falando de Lula.

O PCO está impressionado com a vitória eleitoral da social-democracia e com a derrota dos governos direitistas da Europa. Não percebeu que tais governos se desgastaram diante das massas e que estas votaram nos partidos "de esquerda" que assumiram essencialmente a mesma política neoliberal dos seus antecessores, com alguns retoques. A burguesia utiliza destes partidos menos "queimados" junto às massas para prosseguir aplicando a mesma política de destruição das forças produtivas e de serviços sociais públicos, em benefício da reconcentração de mercados e capitais e do susten-

to do parasitismo financeiro.

Pior ainda, o PCO supõe que esses partidos do imperialismo europeu se colocam por "soterrar o neoliberalismo", ou até já o fizeram. Nada mais falso. Primeiro, porque os partidos da burguesia imperialista estão de acordo em relação à essência do neoliberalismo. Segundo, porque é impossível combater (menos ainda "soterrar") o neoliberalismo pela via eleitoral, campo próprio de disputa interburguesa. O caminho para enfrentar a resposta capitalista à crise mundial de superprodução é a luta direta e unificada dos explorados para pôr abaixo tais planos.

Por fim, não será uma "candidatura que expresse o movimento operário" no Brasil que será capaz de "soterrar" o neoliberalismo. O PT, pedra fundamental dessa candidatura, já incorporou a essência do pensamento neoliberal, aceitando a suposta "globalização" como um fenômeno dado, ao qual trata-se de adaptar as relações "capital/trabalho". É claro que procura adaptar suas posições de acordo com a

evolução da crise econômica e política. O combate ao plano antinacional e antipopular depende justamente do oposto, isto é, da ruptura com a política de conciliação de classes e da fragmentação dos movimentos, impostas pelo reformismo ao movimento operário e popular, e da construção da luta nacional e unitária de massa para combater centralizadamente o governo FHC e seu plano de fome.

A posição do PCO, impressionado pelo ascenso eleitoral da social-democracia europeia, leva justamente ao oposto do "soterramento" do neoliberalismo.

Cresce e cresce o abstencionismo

A Corte Eleitoral vive de consolar à classe dominante. Está segura de que seu prestígio chegará até às nuvens se consegue manipular os resultados eleitorais de maneira que os

de cima tenham referências e cifras que dêem a impressão de que todo o córrego eleitoral desemboca nas urnas, sem deixar desperdícios pelo caminho.

Para se ter uma idéia acerca da impostura da Corte Eleitoral, basta recordar que joga com as cifras eleitorais sem levar em conta a globalidade do eleitorado potencial, que gira ao redor de 4 milhões de cidadãos. Tampouco inclui entre os que se engam a prestar seu apoio aos politiquieiros que se candidatam, depositando nas urnas os votos brancos e riscados ou nulos. Oficialmente se diz que a abstenção chegou a 29%, quando na verdade ultrapassou com vantagem os 30%.

O que mais alarma é que a tendência abstencionista se sustenta e cresce. Estamos tomando como referência a imprensa burguesa mais importante. "La Razón" (5 de julho) diz, em síntese, o seguinte: "Esperava-se que a instauração dos deputa-

dos uninominais influísse positivamente nas votações, já que o voto se tornou mais direto. A medida, no entanto, não teve o esperado efeito no que concerne à participação.

"Necessariamente é preciso preocupar-se com o fato de que a abstenção nas últimas eleições gerais tenha sido de 29%, cifra que porcentualmente se coloca acima das votações obtidas pelos partidos que intervíram na consulta popular [...] ADN obteve 22,26% dos votos.

"Esta última porcentagem corresponde somente aos votos válidos, que totalizaram 2.117.171, enquanto que os votos emitidos, incluindo os brancos e nulos, foram de 2.321.117. No caso de se tomar em conta os votos emitidos, as porcentagens auferidas às distintas candidaturas seriam significativamente menores [...] ADN, como ganhadora, somente conseguiu 20,88% dos votos e não 22,26% que agora se lhe atribui.

"Todos esses dados levam necessariamente ao tema da crescente abstenção que se registra nas eleições do país, em que pese, por disposição constitucional, o voto seja obrigatório, o que nem sempre ocorre. Por exemplo, Colômbia ou Estados Unidos.

"[...] Naquele ano (1985) [...] o abstencionismo [...] somente alcançou 18,3% [...] Nas eleições gerais seguintes (1989), se produziu um primeiro aumento no nível de abstenção, pois se elevou a 26,34% [...] A situação continuou deteriorando-se em 1993, com uma abstenção de 27,8% [...]"

A burguesia, para explicar esta tendência em sustentado crescimento, vem manejanando três variantes: 1) que as mulheres "ainda não se mostram dispostas a participarem das disputas

eleitorais [...] 2) outro "grupo de cidadãos corresponderia ao que não se identifica ou simplesmente não está de acordo com o sistema democrático. Trataria-se de pessoas que preferem regimes de força ou anarquistas que não querem reconhecer a necessidade de contar com um Estado que tenha autoridades eleitas [...]; 3) "resistência ou aversão que produz a atividade política e partidária em especial [...]"

A burguesia está muito preocupada com o crescimento da tendência abstencionista, isso porque pressente que pode ser a causa de sua falência enquanto classe dominante. Ainda que seus ideólogos pareçam ignorar a luta de classes, é nesse marco que a tendência proletária alimenta a corrente abstencionista.

Nunca ocultamos nossa complacência pelo fortalecimento da corrente abstencionista.

Dizemos com toda clareza que a abstenção massiva — o fenômeno que tratamos é esse e não outro — é a expressão da maturidade política das massas, que se expressa como desconfiança da politicagem, no parlamentarismo, na validade do ordenamento jurídico.

É por isso que os homens e mulheres das cidades e do campo preferem usar a ação direta das massas — desconhecimento da democracia formal — no lugar da papeleta eleitoral para resolver os problemas sociais e nacionais. Assim os explorados se preparam politicamente para consumir a revolução social.

Extraído do Masas nº 1574, de 10/7/97

Clinton impõe o caminho para armar conflitos entre os países da América Latina

O governo norte-americano acaba de suspender o embargo econômico à venda de armas para os países latinoamericanos, vigente desde os anos 70. Na época, o argumento imperialista era de que não se podia armar governos de ditaduras militares. Quanto cinismo, já que esses governos foram formados contando com intervenção direta ou indireta norte-americana.

Agora, as multinacionais ianques das armas, que concentram

mais de 70% da produção mundial de armamentos, poderão desovar seus excedentes produtivos. A demagogia pacifista esbarra nessa realidade econômica. Os defensores da paz mundial são os fabricantes da guerra por todas as partes.

O Chile já anunciou que vai intensificar a compra de armamentos. A Argentina protestou contra o livre armamento de seu vizinho, que obrigará o governo a seguir o mesmo caminho. O Brasil não poderá ficar em desvantagem militar em relação ao vizinho. As tensões e disputas de fronteiras na América do Sul devem se acentuar e podem caminhar para o enfrentamento armado. Assim como já tem ocorrido na África, Leste Europeu

e Oriente Médio, as frações imperialistas jogarão nações umas contra as outras, tendo por trás a disputa do controle de mercados e matérias-primas pelas frações imperialistas.

Defendemos o direito incondicional de cada país se armar como bem entender. E que cada nação possa decidir livremente pelos seus destinos, contra a intervenção imperialista. As burguesias dos países semicoloniais provam sistematicamente sua incapacidade para manter a autodeterminação, ao contrário, são cúmplices do imperialismo na opressão nacional, descarregada sobre os assalariados. A real defesa da autodeterminação depende da construção de movimentos antiimperialistas e anticapitalistas, dirigidos pelo proletariado.

